

Research Project:

“Heading towards a regional Security Community? A comparative analysis of the national security policies in the South of Latin America”

**A estratégia amazônica do
Exército brasileiro e o
surgimento de uma
comunidade de segurança
no Sul da América Latina**

Adriana A. Marques

INSTITUTE FOR
IBEROAMERICAN STUDIES
Hamburg, Germany



Arbeitspapiere des IIK Nr. 21

Oktober 2004

AP 21 (2004)

A estratégia amazônica do Exército brasileiro e o surgimento de uma comunidade de segurança no Sul da América Latina

Adriana A. Marques

ISSN: 1611-0188



Further information on the research of the Institute for Iberoamerican Studies can be found at our website. On-line editions of all issues of our Working Papers are available at this site. Hard copies can also be ordered.

The Institute for Iberoamerican Studies (IIK) was founded in 1962 with the objective of observing and analyzing the political, economic, and social development of Latin America and the Caribbean. By linking research and information, the IIK aims to serve interested parties from the worlds of science, politics and business as well as a broad spectrum of the public interested in the problems of the region.

With the Institute for African Affairs, the Institute for Asian Affairs, the German Institute for Middle East Studies, the Institute of Comparative Overseas Studies, the Institute for Iberoamerican Studies forms the German Overseas Institute (Verbund Deutsches Übersee-Institut, DÜI).

INSTITUTE FOR IBEROAMERICAN STUDIES
Alsterglacis 8 · 20354 Hamburg (Germany)
Phone +49 (0)40 41 47 82 01 · Fax +49 (0)40 41 47 82 41
E-Mail: iik@iik.duei.de
Homepage: <http://www.duei.de/iik>
Arbeitspapiere online : <http://www.duei.de/iik/workingpapers>

A estratégia amazônica do Exército brasileiro e o surgimento de uma comunidade de segurança no Sul da América Latina

Conteúdo

Introdução	3
As “fontes” da doutrina militar	4
A construção da estratégia militar do Exército para a Amazônia	5
<i>A balcanização e mexicanização da Amazônia</i>	9
Os perigos: Indígenas, ONGs e países industrializados.....	11
O tráfico de drogas e as guerrilhas na América do Sul.....	13
A cooperação militar no Mercosul.....	15
As motivações da presença militar na Amazônia	17
Considerações finais	22
Referências bibliográficas.....	24
Notas	27

Abstracts

O artigo tem como objetivos analisar a construção da estratégia militar do Exército brasileiro para a região amazônica e suas possíveis implicações para o surgimento de uma comunidade de segurança pluralista no sul da América Latina. Argumenta-se que a visão do Exército a respeito das possíveis ameaças à Amazônia brasileira resulta de uma leitura bastante peculiar da instituição sobre fatos históricos e processos políticos em curso nos âmbitos internacional, regional e nacional. Ressalta-se que a presença do Exército na Amazônia não é motivada apenas por imperativos de segurança e defesa. Existe também uma dimensão simbólica que não deve ser desconsiderada: a Amazônia é um símbolo mobilizador a partir do qual o Exército vem reelaborando sua identidade institucional. Finalmente, destaca-se o aspecto positivo da priorização das fronteiras amazônicas por parte do Exército para a cooperação nas áreas de segurança e defesa na América do Sul. A percepção de que a Amazônia é a principal vulnerabilidade estratégica do Brasil vem operando mudanças paulatinas na visão do Exército sobre a cooperação militar entre as Forças Armadas sul-americanas. A instituição está convencida de que os problemas de segurança que afetam a região amazônica não podem ser solucionados unilateralmente pelo governo brasileiro e, por isso, vem adotando uma postura mais cooperativa com seus vizinhos o que pode contribuir para a formação de uma comunidade de segurança pluralista no sul da América Latina.

This article focuses the construction of the Brazilian army strategy in the Amazonian region and its consequences to the emergence of a pluralistic security community in the South of the Latin America. The army vision about the threats to the Brazilian Amazon is the result of a particular understanding of the military service to historic events and political processes that are taken place in three different levels: international, regional and domestic. This article argues that the Army presence in Amazon isn't motivated just for security and defense reasons. There is a symbolic aspect that can't be forgotten: the Amazon is a powerful symbol that is reshaping the Army's identity. Finally, it is important to stress the positive aspect concerning the Amazon border primacy in the Army strategic thought to the cooperation on security and defense in South America. The Brazilian army perception about the Amazon as the mainly strategic vulnerability of the country is slowly changing its view about the military cooperation among the South American armed forces. The Brazilian army thinks that the brazilian government itself can't solve the security problems in Amazonian region. For these reasons the Army has been more cooperative with its neighbors what can contribute to the emergence of a pluralistic security community in the South of the Latin America.

Der vorliegende Artikel behandelt die Amazonasstrategie des brasilianischen Heeres und die aus ihr resultierenden Konsequenzen für die Entstehung einer pluralistischen Sicherheitsgemeinschaft im südlichen Lateinamerika. Die Bedrohungswahrnehmungen der Armee im brasilianischen Amazonien sind das Ergebnis eigener Interpretationen historischer und politischer Entwicklungen auf internationaler, regionaler und nationaler Ebene. Entsprechend ist die Amazonaspräsenz des brasilianischen Heeres nicht ausschließlich sicherheits- und verteidigungspolitischen Beweggründen geschuldet, sondern darüber hinaus ist ein symbolischer Aspekt von erheblicher Bedeutung: Amazonien bildet die zentrale Identitätsquelle und Daseinberechtigung der brasilianischen Armee. Die strategische Priorität, die der brasilianischen Amazonasgrenze aus der Sicht des Heeres zukommt, macht den uniformierten Akteuren andererseits die Notwendigkeit sicherheits- und verteidigungspolitischer Kooperation deutlich. Darüber hinaus ist man im brasilianischen Heer der Ansicht, dass die brasilianische Regierung allein nicht im Stande ist, die Sicherheitsprobleme im Amazonasgebiet zu lösen. Deshalb zeigt sich das brasilianische Heer im Umgang mit den Nachbarstaaten kooperativer und trägt somit zur Entstehung einer pluralistischen Sicherheitsgemeinschaft im südlichen Lateinamerika bei.

Introdução

A literatura acadêmica sobre as Forças Armadas brasileiras vem destacando, desde a última década, a influência de dois processos na formulação do pensamento estratégico-militar nacional contemporâneo: o arrefecimento das rivalidades entre o Brasil e a Argentina e a crescente importância atribuída à Amazônia.¹ A correlação entre esses processos pode ser facilmente constatada.

A aproximação entre os governos do Brasil e da Argentina iniciada na década de 1980 e, posteriormente, a criação do Mercosul praticamente eliminaram a possibilidade de um conflito armado entre os antigos rivais, fato que condicionara a concentração das unidades militares brasileiras nas fronteiras sul-sudeste do país.

Certamente, essa nova conjuntura regional contribuiu para que os militares brasileiros buscassem reformular suas percepções acerca das possíveis ameaças à defesa do país. Também cabe ressaltar que, além das mudanças em curso no âmbito regional, o fim da bipolaridade que caracterizou o sistema internacional desde a segunda metade do século XX sepultou o paradigma da confrontação leste-oeste que orientava as concepções estratégico-militares das Forças Armadas do mundo inteiro, não apenas do Brasil.²

Deve-se lembrar ainda que no caso brasileiro o fato de os militares se retirarem do governo em meados da década de 1980, após vinte e um anos de ditadura, repercutiu fortemente na configuração da identidade das três Forças Armadas.

O Exército, que entre as três Forças Armadas é a instituição que participou mais ativamente da vida política nacional e de cujas fileiras haviam saído os presidentes da República durante a ditadura, iniciou a reelaboração de seu papel e suas funções através de uma leitura bastante peculiar da nova conjuntura que se delineava nos âmbitos internacional, regional e nacional. No bojo dessa leitura, as fronteiras amazônicas, até então relegadas, aparecem no centro das preocupações geopolíticas do Exército.

Contudo, é importante ressaltar que a identificação da Amazônia como prioridade estratégica do Exército não se deve apenas a uma reconfiguração dos interesses estatais em matéria de segurança.

Examinando documentos oficiais da instituição, discursos de oficiais gerais e trabalhos monográficos de alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) é possível afirmar que a importância atribuída à Amazônia pelo Exército brasileiro resulta de uma intrincada relação entre interesses e elementos simbólicos. Em outras palavras, para o Exército a Amazônia é também um poderoso símbolo mobilizador de sua identidade após o fim da ditadura militar.

A mesma argumentação pode ser estendida, com algumas ressalvas, à percepção do Exército em relação aos seus vizinhos do Cone Sul. A cooperação regional é vista de forma positiva pela instituição primeiramente porque, em um curto prazo, ela pode trazer benefícios para a economia nacional, fortalecendo a posição do Estado brasileiro no sistema internacional. Também é possível vislumbrar no imaginário da Força uma incipiente visão de que a cooperação entre os países sul-americanos deva ser ampliada, o que poderia, a longo prazo, conduzir à construção de um *sistema de segurança coletivo* na região (Centro de Estudos Estratégicos, 2003:10).

Este segundo ponto é bastante significativo dado o peso do Exército na definição da política de Defesa do Brasil. Assim sendo, a possibilidade aventada - no discurso oficial da instituição - de os países sul-americanos virem a “*trabalhar em conjunto frente às ameaças emergentes*” (Centro de Estudos Estratégicos, 2003:10) pode ser considerada um indício de que esteja surgindo uma *comunidade de segurança pluralista* no Sul da América Latina nos termos de Karl W. Deutsch.

De acordo com Deutsch, o principal pressuposto de uma *comunidade de segurança pluralista* é a improbabilidade de ocorrer uma guerra entre os países que dela participam³ (Deutsch, 1982:280). Este parece ser o caso da região do Mercosul.

As “fontes” da doutrina militar

A bibliografia que analisa os fundamentos das estratégias e doutrinas militares apresenta diferentes hipóteses para explicar quais os fatores determinantes na elaboração e escolha desses constructos militares.

Barry Posen, em seu estudo pioneiro sobre as doutrinas militares da França, Inglaterra e Alemanha no período entre as duas guerras mundiais, argumenta que os constrangimentos e incentivos do sistema internacional pesam mais que as características organizacionais das Forças Armadas na hora da decisão doutrinária (Posen, 1984:39).

Já Elizabeth Kier, analisando a formulação da doutrina militar francesa no mesmo período, enfatiza as raízes culturais das decisões doutrinárias. Para a autora a doutrina militar adotada pelo Exército francês na década de 1930 era fruto de uma conjunção de fatores domésticos e não uma resposta aos constrangimentos provenientes do sistema internacional (Kier, 1996).

Alastair Johnston vai além em seu ensaio sobre cultura estratégica alegando que até mesmo a *realpolitik* se origina no campo das idéias e, portanto:

“we cannot speak of ideational versus structurally derived, interest-based models of strategic choice, since there are no interests which are not ideationally based at the state level” (Johnston, 1995:62).

Porém, a aplicação de qualquer uma dessas perspectivas para explicar o caso brasileiro requer cuidado. A seguir apresentar-se-ão os elementos materiais e simbólicos que concorrem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica do Exército.

A construção da estratégia militar do Exército para a Amazônia

A percepção do Exército sobre a região amazônica resulta, em parte, de uma análise institucional que concatena fatos históricos e processos em curso nos âmbitos internacional, regional e nacional.

No nível sistêmico, o término da Guerra Fria e a ampliação da agenda de segurança internacional, que incorporou temas como meio ambiente, direitos humanos e ilícitos transnacionais⁴, são vistos com preocupação pelos militares brasileiros, pois diminuíram o grau de previsibilidade das situações nas quais a força pode ser empregada.

A análise do panorama estratégico-militar internacional feita pelo Exército enfatiza certos aspectos em detrimento de outros e trata com ambigüidade temas importantes. Neste sentido, é interessante notar que, por um lado, o oficialato reconhece a obsolescência de alguns princípios do Tratado de Westfália (1648):

“O Estado permanece com o domínio territorial e perde, em termos de soberania, o papel de ser o único, exclusivo e impenetrável guardião de um conjunto de patrimônios humanos, naturais, culturais, lingüísticos, etc. que estão dentro de suas fronteiras. (...) Na atualidade, o Estado está envolto em normas de convivência internacional, bastante divergentes dos antigos princípios da igualdade entre Estados, da não-intervenção e da autodeterminação dos povos, do direito do mar e do direito internacional privado, onde a divisão clássica de direito público e privado perde sentido, já que as esferas de convivência tornam-se complexas e permeabilizam-se, criando novas interfaces jurídicas. Novos conceitos como ‘dever de ingerência’ e ‘patrimônio da humanidade’ revolucionaram as relações internacionais” (Frederico, 2001:26).

Porém, percebe-se uma grande resistência do Exército em aceitar as mudanças operadas no sistema internacional, especialmente no que tange à problemática da soberania:

“O Estado-Nação já não é o centro de todas as coisas, sua autonomia e suas funções tradicionais estão sendo erodidas por uma infinidade de tendências globalizadoras. As economias nacionais não têm estado nunca tão estreitamente ligadas como agora. A soberania, diz-se, está nos povos e é necessário defendê-la entre todos, com prudência, contra as formas mais extremas de arbitrariedade” (Doval, 1997:23).

A globalização, como deixa transparecer o trecho acima citado, é vista de maneira pessimista e se revela, em última instância, uma nova forma de colonialismo onde a expansão dos Estados não se faz mais através da conquista territorial. Em sua nova versão, o colonialismo se caracteriza pela conquista de mercados abastecedores e, principalmente, consumidores.⁵

Outra faceta desta nova forma de colonialismo seria a dependência tecnológica dos países situados no hemisfério Sul em relação aos países ricos do Norte:

“O rápido avanço tecnológico tem privilegiado os países ricos. Eles utilizam-se desse conhecimento para imporem-se aos mais pobres, negando-lhes ou dificultando-lhes o acesso e criando um colonialismo tecnológico” (Silva, 1997:5).

Deste novo quadro internacional, o Exército presume que as relações conflitivas Leste-Oeste reinantes durante a Guerra Fria, tendem a manifestar-se, agora, entre o Norte e o Sul⁶.

No marco dessas novas tensões, a capacidade de interferência das organizações internacionais nos assuntos internos dos países do Sul seria maior, flexibilizando o conceito tradicional de soberania e criando o chamado “direito de ingerência”⁷. :

“o mundo encontra-se dividido em países desenvolvidos, emergentes e subdesenvolvidos, prevalecendo o interesse dos países desenvolvidos no gerenciamento das questões internacionais. Os interesses são atendidos por meios de alianças fortes e algumas vezes promovidos dentro de organizações internacionais, como a ONU e OTAN. As potências hegemônicas aprovam as intervenções em regiões onde seus interesses e oportunidades estiverem ameaçados, justificando a intervenção armada por razões humanitárias ou ecológicas, com o aval de organismos internacionais, como na Guerra do Golfo e nos conflitos étnicos na antiga Iugoslávia” (Bensusan, 2001:12).

No trecho acima citado é possível identificar um traço marcante da visão do Exército sobre a nova ordem internacional que está se configurando: a idéia de que as preocupações humanitárias e ecológicas dos países ricos do Norte⁸ não são sinceras e, na verdade, “camuflam” interesses e oportunidades econômicas, ou seja, camuflam a *cobiça* desses países.

Esta talvez seja a maior ambigüidade presente na análise do Exército sobre o panorama estratégico internacional. Ora percebe-se o reconhecimento institucional de que estão ocorrendo mudanças estruturais no sistema internacional e, portanto, é compreensível que as antigas normas que regiam as relações entre os Estados estejam

sendo reformuladas; ora vislumbra-se uma percepção de que não há nada de novo no comportamento dos Estados “mais fortes”.

Neste sentido, o fim da Guerra Fria teria apenas liberado os Estados nacionais dos constrangimentos ideológicos que orientavam suas ações militares. Na nova ordem internacional que se está delineando, o Exército vê apenas a substituição dos antigos argumentos ideológicos por argumentos ecológicos e humanitários para a justificação do uso da força.

Uma das iniciativas dos países ricos do Norte para tentar enfraquecer a soberania dos países do Sul, e mais especificamente dos países latino-americanos, seria transformar as Forças Armadas da América Latina em *Guardas Nacionais*:

“Nesse aspecto atuariam as pressões para converter as Forças Armadas dos países latino-americanos em “Guardas Nacionais” ou reduzi-las para que seus encargos sejam problemas como o narcotráfico e outras funções menores. (...) A forma como se pretende construir a nova ordem internacional pode ser, para regiões periféricas, verdadeira ameaça que tente modificar os tradicionais conceitos de soberania e não intervenção” (Doval, 1997:15-16).

Na dita “divisão de trabalho” proposta pelos países ricos do Norte para os países do Sul, os últimos desempenhariam atividades semipoliciais, deixando a segurança militar sob os cuidados de organizações internacionais.

Na América a segurança militar do continente ficaria a cargo dos Estados Unidos, enquanto os países latino-americanos seriam pressionados a diminuir seus efetivos militares e mudar a missão de suas Forças Armadas, que deveriam preparar-se prioritariamente para o combate ao crime organizado, ao contrabando e ao tráfico de drogas⁹:

“Os Departamentos de Estado e de Defesa dos EUA já divulgaram estudos no sentido de estimular a adaptação das Forças Armadas latino-americanas, incluindo o Brasil, para o trabalho semipolicial de combate às drogas. As Forças Armadas perderiam suas tradicionais funções de se preparar para uma guerra contra o inimigo externo. A paz do continente ficaria a cargo da

única nação hegemônica no mundo atual que tem estatura política e militar para cumprir tal intento” (Ribas, 2001:17).

O Exército brasileiro rejeita a tese de que deva participar diretamente do combate ao tráfico de drogas por dois motivos. Primeiramente, por não acreditar que o aparelho militar seja o instrumento mais eficaz para combater o tráfico. Em segundo lugar, por temer o poder de corrupção das organizações criminosas que controlam a fabricação e venda de drogas:

“Os países em que as Forças Armadas tiveram uma participação direta no combate às drogas tiveram resultados desastrosos. Além de não solucionarem o problema do tráfico, sofreram um profundo desgaste na imagem das suas Forças singulares. Um número expressivo de militares foram corrompidos, outros passaram a trabalhar diretamente para as organizações criminosas ilícitas e a situação continuou inalterada” (Ribas, 2001:32).

Além dos aspectos econômicos e tecnológicos, as tensões norte-sul, tal como são concebidas pelo Exército, envolvem também divergências na área ambiental:

“Com o fim da bipolaridade e da guerra fria, as atenções das grandes potências se voltam para a concorrência econômica, para a disputa por novas áreas de influência e de projeção do poder, para a ecologia e a proteção ambiental” (Bezerra, 1998:50).

A balcanização e mexicanização da Amazônia

O componente ambiental das tensões entre os países do Norte e do Sul é bastante enfatizado pelo Exército brasileiro, que relaciona a suposta flexibilização do conceito de soberania à possibilidade de uma intervenção militar na Amazônia:

“O processo globalizante aborda diversos temas que têm gerado tensões no relacionamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Princípios considerados como objetivos nacionais permanentes de um país, tais como soberania e autodeterminação, têm sido tratados com muita indiferença (...) Dentro desse quadro de globalização, as grandes potências, particularmente

os EUA, têm defendido a tese relativa a assuntos chamados de “interesses coletivos da Humanidade”, que estão diretamente relacionados com a Amazônia (...) Intervenções armadas lideradas pelos norte-americanos, com ou sem a aquiescência do Conselho de Segurança da ONU, já podem ser observadas, como a realizada em Kosovo há pouco mais de dois anos, por motivos vinculados aos interesses da Humanidade” (Branco, 2001:25).

Percebe-se no trecho acima que o Exército estabelece uma relação direta entre a intervenção militar que ocorreu na ex-Iugoslávia e uma possível intervenção internacional na Amazônia. Por isso, é recorrente nas monografias de final de cursos dos alunos da ECEME o uso de termos como *balcanização*, e, até mesmo, *mexicanização* da Amazônia.

A *balcanização* da Amazônia estaria relacionada à existência de reservas indígenas na região. O Exército não vê com bons olhos a demarcação das terras indígenas pois acredita que as reservas podem se transformar em “enclaves étnicos” que serviriam de justificativa para uma possível intervenção internacional na Amazônia:

“A balcanização já começa a se delinear na Amazônia, implantando-se lá os ‘apartheísmos’ das reservas indígenas, que serão Estados dentro da Federação, facilmente manejados pelos países ricos e industrializados” (Bellinati, 1998:25).

Já a *mexicanização* da Amazônia seria o resultado de dois fatores distintos: um suposto “vazio demográfico” na região e a existência das reservas indígenas.

“A exemplo da Amazônia brasileira, aquele território mexicano possuía um povoamento extremamente rarefeito. Localizado na região norte do México, todo aquele vasto espaço de enormes tesouros naturais foi perdido para os EUA, cujos habitantes o ocuparam primeiro pacificamente, comprando e demarcando terras de propriedade privada e nelas se instalando, depois, numa segunda fase, proclamando ali uma república títere - a República do Texas - e, finalmente, pelas armas, com a invasão militar e os exércitos de conquista e anexação, executores de um cálculo de expansão política, militar e econômica verdadeiramente inexorável” (Branco, 2001:18).

Em tempo, é curiosa esta percepção do Exército de que existe um “vazio demográfico” na Amazônia, o qual os povos indígenas que habitam a região não estariam em condições de preencher. Deve-se lembrar que a desastrosa política de colonização da região posta em prática durante a ditadura militar teve como ponto de partida essa mesma percepção.¹⁰

Nas citações acima merece destaque a utilização de eventos históricos tão díspares quanto a intervenção humanitária da OTAN no Kosovo e a anexação do Texas pelos Estados Unidos, por parte do oficialato do Exército, para justificar que a existência das reservas indígenas seria uma vulnerabilidade estratégica do país.

Os perigos: Indígenas, ONGs e países industrializados

A desconfiança do Exército em relação às reservas indígenas deve-se à resistência da instituição em aceitar que os índios tenham uma cultura própria:

“Os Yanomamis de Ariabu e Maturacá, com todas as suas tradições, convivem harmoniosamente com os militares do 5º PEF, ainda que as instalações elétricas, a antena parabólica e outros avanços tecnológicos pareçam estranhos ao lado de arcos e flechas. (...) Tuxaua Joaquim parece satisfeito com o progresso. Empunhando um bastão de comando, torneado em pau-brasil, idêntico ao dos generais e vestindo sua melhor calça comprida, camisa e chinelos, recebe na pista do aeroporto todas as comitivas que por lá passam. Apresenta boas-vindas, através de seu intérprete, e volta para o convívio ao lado de suas cinco esposas (...) Os Cubeus e Guananos de Querari também convivem em perfeita harmonia com os militares do 2º PEF e brindam os visitantes com emocionantes cânticos patrióticos, enaltecendo aquele diminuto pedaço de Brasil, evidenciando que também são brasileiros” (Januário, 1996:50).

Também chama a atenção a leitura enviesada de alguns oficiais sobre determinados fatos, como o cancelamento do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a pavimentação da rodovia BR-364 e as propostas de “troca de dívidas por natureza”:

“Com base em tal concepção, o próprio Bush pressionou diretamente o governo do Japão para impedir a concessão ao Brasil de um financiamento para a conclusão da pavimentação da rodovia BR-364, no trecho que ligaria o Acre ao Peru, permitindo o acesso rodoviário aos portos deste país, no Oceano Pacífico. Thatcher apoiou uma série de esforços para vincular o pagamento da dívida externa de países como o Brasil à venda de recursos naturais destes. Por sua vez, Mitterrand declarou abertamente que o Brasil deveria ceder “parcelas de soberania” sobre a Amazônia, de modo a permitir a preservação das mesmas como um “Patrimônio da Humanidade”. Outros dignitários estrangeiros, como o então vice-primeiro-ministro da Holanda, Ruud Lubbers, visitaram o Brasil propondo a adoção dos exóticos esquemas de “trocas de dívidas por natureza” (debt-for-nature swaps), com o abatimento de parcelas da dívida externa brasileira em troca da “preservação” de áreas florestais no País, principalmente na Amazônia” (Magluf, 2000:19).

Sobre os temas acima citados, é necessário lembrar que tanto o episódio do cancelamento do empréstimo do BID quanto a proposta de “troca de dívida por natureza” tiveram como principais protagonistas organizações-não-governamentais (ONGs) e não chefes de Estados.¹¹ Contudo, o oficial do Exército parece desconsiderar isso.

A visão do Exército acerca do papel desempenhado pelas ONGs estrangeiras na Amazônia é um tema importante e merece algumas considerações.

O Exército tem uma grande dificuldade para dissociar a atuação das ONGs da política oficial dos países aos quais essas organizações pertencem. Ora as ONGs são temidas por exercerem uma forte influência sobre seus países de origem¹²; ora elas são vistas como meros instrumentos dos países ricos, como na citação abaixo:

“Atualmente, com inteira razão na sua concepção filosófica, mas, muitas vezes, desnecessariamente fanáticos ou extremistas na sua execução, os movimentos de preservação ambiental constituem questão de primeira ordem, exigindo que iniciativas capazes de provocar impactos no meio ambiente, mesmo que inexpressivos, sejam submetidas à consideração de órgãos

governamentais competentes antes de sua implementação. Em prol dessa empreitada de âmbito mundial atuam, por outro lado, inúmeras organizações não-governamentais (ONG), que, na maioria dos casos, desconhecem limites territoriais, soberanias e direitos de propriedade, bem como se valem dessa “bandeira” para condicionar ou subjugar outros interesses nacionais não relacionados ao meio ambiente. A progressiva influência dessas entidades permite inferir que governos do “G-7” têm-se valido de sua atuação, financiando-as e direcionando-as como óbices ao desenvolvimento dos países periféricos, de forma que permaneçam como meros fornecedores de matérias-primas para os grandes” (Lima, 1999:12).

Em suma, na visão do Exército, a presença de ONGs estrangeiras na Amazônia é perniciososa e pode prejudicar o desenvolvimento da região.

O tráfico de drogas e as guerrilhas na América do Sul

No âmbito regional, dois aspectos são enfatizados pelo oficialato em suas análises conjunturais sobre a Amazônia: a suposta associação entre os traficantes de drogas e os movimentos guerrilheiros existentes na região andina, e a edificação do Mercosul.

A respeito do primeiro tema, percebe-se a tentativa de estabelecer uma ligação entre uma antiga “ameaça”, o comunismo, e sua “nova versão”, a narcoguerrilha:

“A antiga ameaça do MCI [Movimento Comunista Internacional] foi substituída por um ambiente ambíguo e variado, pleno de potenciais de paz e prosperidade, mas que também contém ocorrências significativas de violência transnacional. Dentro dessa ótica, os conflitos não modificam sua dinâmica e agora têm como vetor principal, especificamente na América Latina, a narcossubversão. A evolução do pensamento da CEA [Conferência dos Exércitos Americanos] reflete a preocupação com essas mudanças” (Silva e Luna, 1998:26).

O termo narcoguerrilha foi cunhado pelo governo norte-americano e refere-se à idéia de que a ligação entre os movimentos guerrilheiros e os cartéis de drogas na América

Latina é tão estreita que é impossível dissociá-los. O Exército brasileiro parece ter incorporado a tese norte-americana das narcoguerrilhas.

Porém, há uma diferença fundamental entre a época da Guerra Fria, quando o combate ao comunismo era uma diretriz comum a quase todos os Exércitos americanos¹³, e o atual panorama estratégico-militar na América do Sul.

Desde o governo de Ernesto Geisel, sobretudo após o rompimento do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos em 1977, as Forças Armadas brasileiras vêm buscando alcançar a autonomia estratégica do país.

O Exército, em particular, dedica-se desde esta época à elaboração de uma doutrina militar genuinamente brasileira¹⁴ que tem como um dos traços principais justamente a percepção de que os possíveis inimigos do Exército brasileiro estariam no hemisfério norte.

Por isso, as pressões do governo norte-americano para que as Forças Armadas da América Latina participem mais ativamente do combate ao tráfico de drogas e, mais recentemente, a forte presença dos Estados Unidos na Colômbia são vistas com cautela pelo Exército.¹⁵

Uma das maiores preocupações do oficialato em relação ao Plano Colômbia é a possível transferência dos laboratórios de refino de cocaína da Colômbia para o Brasil. Os oficiais também temem que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e outros grupos guerrilheiros presentes na região andina venham a utilizar o território brasileiro como base de operações:

“Conseqüentemente, não se descarta uma possível mudança do processo de refino, como um todo ou parte dele, da Colômbia para o Brasil, pela pressão das forças policiais e militares daquele país, apoiadas pela ajuda financeira norte-americana. Poder-se-á, também, aventar uma maior presença, em território brasileiro, de elementos das FARC e de outros grupos guerrilheiros colombianos, para realizarem o escambo da cocaína por armas contrabandeadas do Paraguai e do Suriname, ante a facilidade de permear a fronteira em face da pouca vivificação da região e da inexistência de efetivo controle fronteiriço de espaço aéreo” (Madureira, 2000:26).

Para o Exército, se os cartéis colombianos, os contrabandistas e os movimentos guerrilheiros passarem a utilizar a Amazônia brasileira como base de operações, abrir-se-á mais um flanco para que a comunidade internacional acuse o governo brasileiro de ser incapaz de controlar seu próprio território e proteger a floresta amazônica.

Em razão das possibilidades acima citadas, é crescente no oficialato a percepção de que os problemas existentes nas faixas fronteiriças amazônicas não podem ser solucionados unilateralmente pelo governo brasileiro:

“As novas ameaças à segurança, em um processo de integração, transcendem as fronteiras dos estados e, em certas ocasiões, ultrapassam sua capacidade de reagir individualmente” (Doval:21).

Algumas ações do governo brasileiro, especialmente a proposta de criação de um SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) “regional”, são indícios de que a tese da cooperação nas áreas de segurança e defesa vem ganhando força no país:

“O governo Brasileiro está fazendo gestões para que os países sul-americanos que fazem fronteiras com o Norte do País instalem sistema semelhante ao SIVAM, pois a luta contra o tráfico de drogas só será vencida com a participação de todos os países” (Ribas, 2001:34).

A convicção de que apenas através da cooperação com os países vizinhos será possível solucionar os problemas de segurança que estão afetando a América do Sul vem operando paulatinas mudanças na maneira como o Exército vê o processo de integração em curso no Cone Sul.

A cooperação militar no Mercosul

A antiga postura defensiva da instituição em relação à cooperação nas áreas de segurança e defesa, que levou o general Leônidas Pires Gonçalves, então Ministro do Exército, a afirmar durante as negociações para a formação do Mercosul que o Brasil construiria um armamento nuclear se julgasse que a Argentina o faria¹⁶, foi substituída por uma visão mais positiva do processo de integração regional:

“Embora ainda não se possa falar de integração militar, pode-se falar da existência de um clima de franca cooperação. As Forças Armadas não são obstáculo à integração regional” (Facioli, 1998:49).

Como pode ser observado na citação acima, o Exército ainda é reticente a respeito da criação de uma aliança militar no Mercosul nos moldes europeus, mas não descarta essa possibilidade num futuro distante:

“cabe destaque o sentido da adoção de uma cooperação e não de uma integração, pois não há experiência suficiente para a utilização de uma única doutrina, um mesmo uniforme e o estudo de uma mesma hipótese de emprego, tudo direcionado para o MERCOSUL. A cooperação preconiza a aproximação, o conhecimento mútuo das Forças Armadas, a troca de conhecimento e prosseguimento seguro para o fortalecimento do MERCOSUL no Campo Militar” (Heimo, 1999:39).

Como já foi dito anteriormente, a principal condição para o surgimento de uma *comunidade de segurança pluralista* é a improbabilidade de que os países que dela participam entrem em guerra.

Outro passo importante para a constituição de uma *comunidade de segurança pluralista* é a definição de ameaças que afetem todos os países membros dessa comunidade.

Na percepção do oficialato do Exército, o Mercosul motivou o fim das hipóteses de emprego da força de cada país do bloco contra seus vizinhos¹⁷. Uma próxima etapa no processo de aprofundamento da cooperação militar no âmbito do Mercosul seria a identificação de ameaças que afetassem toda a região:

“Na América do Sul falta somente a conscientização da existência de um perigo que ameace todos seus povos, como pode ser, por exemplo, uma condenação ao eterno subdesenvolvimento num processo monitorado pelos “ricos”, ou a colocação em dúvida da soberania sobre parte de seus territórios” (Facioli, 1998:53).

No trecho acima é perceptível a visão institucional de que os problemas enfrentados pelo Brasil na sua relação com os países industrializados seriam compartilhados pelos outros países sul-americanos.

Nestes termos o aprofundamento da cooperação militar na América do Sul poderia auxiliar na “defesa da Amazônia” se a assimetria em relação aos países ricos e o “direito de ingerência” passarem a ser vistos como “ameaças” a todos os países da região e não apenas ao Brasil.

As motivações da presença militar na Amazônia

No âmbito doméstico três categorias de questões contribuem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica.

A primeira ordem de questões refere-se a problemas como a degradação do meio ambiente, o garimpo, o contrabando de madeira, minerais e armas, além da biopirataria, que afetam as áreas fronteiriças amazônicas tornando-as cada vez mais vulneráveis à *cobiça internacional*.

Nesta ordem de questões também se inserem o suposto vazio demográfico existente na Amazônia e a escassa presença governamental na área.

O Exército teme as conseqüências da parca presença do Estado na Amazônia para a população local. Acredita-se que, em face do descaso do poder público, os traficantes de drogas que atuam nas áreas fronteiriças podem vir a aliciar os habitantes dessas regiões:

“Em face do exposto, provavelmente ocorrerá uma influência negativa na população brasileira na extensa faixa limdeira, ocasionando cumplicidade com os narcotraficantes, mais uma sensível onda de corrupção, em todos os níveis e setores, e de maior penetração em determinados segmentos do Poder Nacional” (Madureira, 2000:26)

Para evitar tal situação o Estado brasileiro deve, na opinião do oficialato, ampliar sua presença nas fronteiras norte do país.

O Programa Calha Norte (1985) expressa com bastante propriedade a percepção do Exército sobre a Amazônia, seus problemas e as medidas que devem ser tomadas para enfrentar as carências mais sérias da área e assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial na região.

O Calha Norte tem como objetivo oficial respaldar a vivificação de toda a linha fronteira da região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, através da presença de pelotões de fronteira do Exército, bem como de serviços públicos, criando uma adequada infra-estrutura de saúde, saneamento básico, educação e habitação¹⁸.

Trata-se de um programa multiministerial, mas o empenho do Exército para a consecução do Programa é visivelmente maior que o empenho de outras áreas do governo. Isto, provavelmente, deve-se ao fato de que a importância da Amazônia para a instituição transcende a preocupação com a segurança da região.

A segunda ordem de questões que contribuem para a identificação da Amazônia como prioridade estratégica do Exército referem-se, portanto, à manutenção de interesses corporativos da instituição.

É sabido que desde a volta dos civis ao poder, em meados da década de 1980, as Forças Armadas brasileiras vêm enfrentando dificuldades para implementar seus projetos militares, tais como o projeto de construção de submarinos nucleares.

Neste sentido, deve-se ressaltar que a garantia da soberania brasileira na região amazônica, ao contrário de outros temas relativos à Defesa Nacional, tem despertado a atenção do parlamento para a necessidade do país investir mais na área militar¹⁹.

O Calha Norte, que sofreu duras críticas de grupos ambientalistas, da Igreja Católica e de parlamentares de esquerda na época de sua implantação (Oliveira, 1994:273-283), tornou-se um trunfo que tem permitido ao Exército angariar recursos e prestígio, desde a escalada da guerra civil na Colômbia durante a década de 1990²⁰.

Mas há ainda uma terceira ordem de questões referentes à importância estratégica da região amazônica que merecem ser destacadas. É possível afirmar que a Amazônia tornou-se para o Exército um símbolo da nacionalidade, da territorialidade e do

preparo militar, reavivando sua mais antiga autoconcepção: a de fundador da própria Nação (OLIVEIRA, 1994; CASTRO, 2002).

A escolha de 19 de abril, data da 1ª Batalha de Guararapes (1648), para comemorar o dia do Exército²¹ revela a importância simbólica que a Amazônia vem adquirindo para a instituição:

“O protesto contra a espoliação da terra violentada cobriu de glórias as colinas dos Guararapes, marco indelével da Insurreição Pernambucana, manifestação primeira do sentimento nativista, formador da nacionalidade brasileira. As três raças, origem da nossa gente, firmaram um Pacto de Honra, assinando célebre proclamação em que aparece, pela primeira vez, o vocábulo Pátria, usado para referir-se ao torrão natal. Mais do que ganhar uma batalha, expulsando o invasor, os heróis daquele longínquo ano de 1648 lançaram as bases de uma grande nação. Segundo palavras do General Mascarenhas de Moraes, em Guararapes a Força Armada do BRASIL, conhecida como Exército Libertador ou Patriota, se forjou e alicerçou, para sempre, a base da Nação Brasileira” (Freitas, 1997:13-14).

Como pode ser observado no trecho a acima, o Exército localiza o surgimento do Exército e da Nação brasileira no mesmo episódio. Também merece atenção no trecho supracitado o modo como a instituição se autodefine. A idéia de que o Exército é o alicerce da nacionalidade aparece com clareza revelando a hierarquia estabelecida entre a nacionalidade que surge em Guararapes e seu guardião: o Exército brasileiro.

O fato da Batalha de Guararapes datar da época em que o país ainda era uma colônia portuguesa parece não incomodar o Exército brasileiro, que recuperou ainda outros episódios desse período na tentativa de encontrar uma continuidade histórica na atuação da instituição na Amazônia.

A associação que o Exército estabelece entre a construção dos fortes de São Gabriel e São José de Marabitanas na região do Alto Rio Negro, por iniciativa de Portugal, e a criação dos pelotões de fronteira na mesma área, uma iniciativa do Programa Calha Norte, é representativa desse intento:

“As fortalezas do Tratado de Madri foram e os pelotões de fronteira do Projeto Calha Norte são os mantenedores da integridade territorial e os guardiões das fronteiras brasileiras no Alto Rio Negro” (Januário, 1996:54).

A associação que o Exército faz entre duas ações governamentais tão díspares expressa bem a percepção da instituição acerca de seu papel na Amazônia:

“em consequência, o Alto Rio Negro ainda pode ser tratado como “colônia” e o colonizador, representante legítimo do governo, seria o Exército Brasileiro. A razão é simples. A história mostra que o Exército foi a peça fundamental nas ações governamentais que atingiram decisivamente o Alto Rio Negro” (Januário, 1996:55).

Na citação acima, vislumbra-se que a instituição atribui um significado muito especial para sua presença na Amazônia. Ao comparar seu papel na área do Alto Rio Negro ao de colonizador, o Exército deixa transparecer que não vê sua presença apenas como uma resposta a ameaças provenientes do sistema internacional, ou como trunfo para obter benefícios do governo. Pode-se afirmar que o Exército acredita estar cumprindo uma espécie de “missão civilizatória”.

Celso Castro, em seu livro *“A invenção do Exército brasileiro”*, afirma que a perda de poder político das Forças Armadas brasileiras após o fim da ditadura militar operou modificações importantes nos elementos simbólicos que caracterizaram a instituição por décadas. Comemorações que foram importantes na época da ditadura, como a vitória sobre a Intentona Comunista²² e a lembrança da “Revolução” de 31 de março de 1964²³, entraram em declínio ao passo que novas comemorações, como o dia do Exército, foram criadas (Castro, 2002:68).

O autor argumenta que é possível associar a crescente importância simbólica da Batalha de Guararapes para o Exército brasileiro à percepção institucional de que a Amazônia é alvo da *cobiça internacional* e deve ser defendida. Ainda de acordo com Castro, a campanha de emboscadas de Guararapes remete implicitamente à *doutrina de resistência*²⁴ que foi desenvolvida pelo Exército na década de 1990 (Castro, 2002:78).

Como já foi dito anteriormente, o Exército, desde o final da década de 1970, dedica-se à elaboração de uma doutrina militar brasileira. Para alcançar tal objetivo, a instituição foi buscar na história militar do país elementos que pudessem auxiliá-la nesta empresa:

“de tradutores ou copistas de manuais estrangeiros, alcançamos o estágio de formuladores de um corpo de doutrina genuinamente nacional, adotando soluções originais para nossos problemas militares. Aliás, a criatividade é uma característica marcante de nosso povo. Por meio dela resolvemos todos os conflitos internos e externos de nossa história. Foi assim em Guararapes (1648-1649), no Rio Grande do Sul (1762-1775), nas campanhas da Bacia do Prata, no século XIX, etc. A história militar nos parece ditar o futuro de nossa doutrina. A forma como combatemos um inimigo muito mais forte, seja em Guararapes, seja na guerra de guerrilha, na Campanha Gaúcha, é uma indicação do que devemos fazer no ambiente amazônico. Por isto, a “Resistência” preconizada na Doutrina GAMA, que admite o enfrentamento de um inimigo de incontestável superioridade militar, parece-nos a melhor e mais criativa solução estratégica para enfrentar esta situação” (Boaventura,2001:56).

Nota-se no trecho acima que a preocupação com a defesa da soberania nacional na Amazônia é apresentada como a principal motivação para a elaboração de uma doutrina militar brasileira.

A *estratégia da presença*²⁵, uma herança do Exército português, também é atualizada, privilegiando agora a presença nacional nas fronteiras amazônicas:

“as lutas no sul e a conquista da Amazônia exigiram a criação de bases e fortes onde o soldado marcava a presença luso-brasileira e assegurava a posse da terra. O período regencial, entre 1831 e 1841, viu surgirem diversas revoltas internas que ameaçavam a integridade nacional. A presença da Força Terrestre em todo o território da nova nação foi um dos fatores que mais contribuíram para a pacificação, evitando que o país viesse a ser fracionado. Do exposto até aqui, verifica-se que a presença do Exército, disseminado até os pontos mais remotos do Brasil, cumpriu papéis

diversificados, ainda hoje de importância estratégica, ou seja: defesa da Pátria contra agressões estrangeiras; manutenção da integridade territorial, da lei e da ordem, pacificando revoltas internas; cooperação com o desenvolvimento nacional; e representação do Estado Brasileiro junto às populações mais isoladas, assegurando a identificação das mesmas como parte da nacionalidade” (Paiva, 2000:14).

No trecho acima percebe-se que no cerne da *estratégia da presença* está a idéia de que o Exército deve assumir o papel do Estado quando este não é capaz de cumprir suas funções. Na Diretriz Geral do Comandante do Exército (2003) essa postura é reafirmada:

“manter-se como instrumento de seletiva presença nacional, privilegiando áreas pioneiras ou onde a presença do Estado se faz intermitente” (Comando do Exército, 2004:2).

Do exposto acima se pode concluir que a atuação do Exército na região amazônica tem uma dimensão simbólica que não deve ser desconsiderada. A presença do Exército na Amazônia não atende apenas a imperativos de segurança e defesa. Ela age como símbolo mobilizador a partir do qual o Exército vem reelaborando sua identidade institucional.

Considerações finais

A crescente importância da Amazônia para as Forças Armadas é, sem dúvidas um dos principais elementos do pensamento estratégico brasileiro contemporâneo. Porém, não se deve atribuir essa importância apenas às conjunturas internacional, regional ou doméstica. Além de uma leitura institucional bastante particular das três conjunturas supracitadas, na qual são enfatizados certos aspectos em detrimento de outros, deve-se ressaltar a dimensão simbólica das preocupações do Exército com a região amazônica.

São várias as conseqüências institucionais da priorização das fronteiras amazônicas por parte do Exército. Entre elas, destaca-se o aspecto positivo desta prioridade para a cooperação nas áreas de segurança e defesa no sul da América Latina.

A percepção de que a Amazônia é a principal vulnerabilidade estratégica do Brasil vem operando mudanças paulatinas na visão do Exército sobre a aproximação entre as Forças Armadas na América do Sul. A instituição percebeu que a cooperação nas áreas de seguranças e defesa com os vizinhos sul-americanos é uma medida bastante eficaz para dissuadir uma hipotética ameaça à soberania brasileira na região amazônica.

Finalizando, é importante enfatizar que uma postura mais cooperativa do Exército brasileiro com seus vizinhos sul-americanos pode contribuir para o surgimento de uma *comunidade de segurança pluralista* no sul da América Latina.

Referências bibliográficas

- Almeida, Manoel Morata (1998): Áreas sensíveis na Região Norte e os Ilícitos (contrabando de armas e tráfico de drogas). Rio de Janeiro. ECEME.
- Amaral, Paulo César Carneiro do (1990): O projeto Calha Norte – importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro. ECEME.
- Becker, Bertha K. (1982): Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro. Zahar.
- Bellinati, Newton (1998): Obras na Região Amazônica – Óbices e Sugestões. Rio de Janeiro. ECEME.
- Bensusan, Henrique Filho (2001): Sugestões para uma Estratégia na Amazônia no século XXI. Rio de Janeiro. ECEME.
- Bezerra, Marconi dos Reis (1998): Uma proposta de integração do Sistema Estratégico de Guerra Eletrônica com o Sistema de Vigilância da Amazônia. Rio de Janeiro. ECEME.
- Boaventura, Marco Aurélio (2001): Evolução da doutrina militar brasileira no século XX. Rio de Janeiro. ECEME.
- Branco, Walter Romero Castelo (2001): Amazônia: a crise de integridade do Estado. Rio de Janeiro. ECEME.
- Centro de Estudos Estratégicos (2003): O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL): reflexos para o poder militar. Rio de Janeiro. ECEME.
- Comando do Exército (2004): Diretriz Geral do Comandante do Exército, texto disponível na internet: www.exercito.gov.br, acessado em 03 de julho.
- Castro, Celso (2002): A invenção do Exército brasileiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.
- Deutsch, Karl W. (1982): Análise das Relações Internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Doval, Eduardo Luis (1997): Reflexos nos processos de integração regional (MERCOSUL) no âmbito militar. Rio de Janeiro. ECEME.
- Facioli, José Mário (1998): A Integração Sul-americana. Rio de Janeiro. ECEME.
- Flemes, Daniel (2004): Uma comunidade de segurança na América do Sul: notas teóricas sobre a cooperação na política de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. <http://www.resdal.org> . Acesso em: 30.maio.
- Fleury, Sérgio de Souza; Marques, Gustavo Adolfo Torres (1994): Segurança Hemisférica em face da OEA/TIAR. Rio de Janeiro. ECEME.

Frederico, Ivair (2001): Globalização e os Reflexos Para a Expressão Militar. Rio de Janeiro. ECEME.

Freitas, Jairo de Castro (1997): O papel do exército na sociedade brasileira no próximo século. Rio de Janeiro. ECEME.

Freitas, José Luiz (1998): Uma nova visão da cultura no Exército. Rio de Janeiro. ECEME.

Gonçalves, Joaquim Gabriel Alonso (1997): Integração militar regional: uma manobra da diplomacia militar. Rio de Janeiro: ECEME.

Heimo, André da Silva Guimarães de Luna (1999): A implantação do MERCOSUL e seus reflexos para a segurança externa do Brasil. Rio de Janeiro. ECEME.

Januário, Rubens Alberto Rodrigues (1996): As fortalezas do Tratado de Madri e os pelotões de fronteira do Projeto Calha Norte na região do Alto Rio Negro: soberania em duas épocas. Rio de Janeiro. ECEME.

Johnston, (1995): Alastair I. Thinking about strategic culture, in International Security, 19, n.º. 4 (Spring), pp.32-64.

Kier, Elizabeth (1996): Culture and French Military Doctrine before World War II, in Katzenstein, Peter J. (editor). The Culture of National Security. Norms and identity in world politics. New York. Columbia University Press, pp. 186-215.

Leis, Hector R. (org.) (1991): Ecologia e política mundial. Rio de Janeiro. Vozes:FASE.

Lima, Reinaldo Nonato de Oliveira (1999): EXÉRCITO BRASILEIRO - uma postura para o terceiro milênio. Rio de Janeiro. ECEME.

Madureira, Mário Matheus de Paula (2000): O Brasil e a Fronteira Norte. Política e Estratégia. Rio de Janeiro. ECEME.

Magluf, Alei Salim (2000): A Amazônia: Novas Ameaças e seus reflexos para o Exército Brasileiro no próximo quarto de século. Rio de Janeiro. ECEME.

Marques, Adriana A. (2001): Concepções de Defesa Nacional no Brasil : 1950-1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas. Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Martins Filho, João Roberto e Zirker, Daniel (2000): Nationalism, National Security and Amazônia: Military Perceptions and Attitudes in Contemporary Brazil, in Armed Forces & Society, number 27, Fall, pp. 105-129.

Meninéa, Vitor Hugo (2001): A globalização e seus reflexos nos campos do poder. Rio de Janeiro. ECEME.

Oliveira, Eliézer Rizzo de (1994): De Geisel a Collor: Forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papyrus.

_____, _____ e Soares, Samuel Alves (2000): Forças Armadas, direção política e formato institucional, in D'araujo, Maria Celina e Castro, Celso. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Paiva, Luiz Eduardo Rocha (2000): Dissuasão e Presença: reflexões para a Força Terrestre o próximo quarto de século. Rio de Janeiro. ECEME.

Posen, Barry R (1984): The Sources of Military Doctrine. Ithaca and London. Cornell University Press.

Ribas, João Wayner da Costa (2001): A narcoguerrilha na Colômbia: reflexos para o Brasil nos campos do poder nacional. Rio de Janeiro. ECEME.

Serratine, Edison Norberto Sanchotene (1997): Tiro-de-Guerra em Áreas Carentes. Fator de ocupação territorial. Rio de Janeiro. ECEME.

Silva e Luna, Joaquim (1998): Uma Concepção do Exército Brasileiro para a CEA do Século XXI. Rio de Janeiro. ECEME.

Silva, Filho, Antonio Rodrigues da (1997): Projeções de forças: uma reposta as incertezas do próximo século, Rio de Janeiro: Rio de Janeiro. ECEME.

Souto, Cláudio Heráclito; Alves, M. da Penha; Assis, Paulo Roberto Correia (1990): Ameaças à soberania nacional na Amazônia, hipóteses de guerra, estratégias para a defesa da região, Rio de Janeiro: ECEME.

Notas

¹ A este respeito ver especialmente: (Oliveira, 1994); (Oliveira & Soares, 2000); (Martins Filho & Zirker, 2000); (Castro, 2002).

² Para maiores detalhes sobre as concepções estratégico-militares brasileiras durante a Guerra Fria ver: (Marques, 2001).

³ Outra característica importante de uma *comunidade de segurança pluralista* é a preservação da autonomia e de substancial soberania dos países envolvidos (Deutsch, 1982:280). Para uma discussão mais aprofundada sobre a aplicação do conceito teórico supracitado para a região do Cone Sul ver: (Flemes, 2004).

⁴ Entre os ilícitos transnacionais que são considerados ameaças à segurança internacional destacam-se o tráfico de armas e drogas.

⁵ Sobre a visão de que a globalização seria uma nova forma de colonialismo ver: (Facioli, 1998:06).

⁶ A respeito da suposta substituição do conflito leste-oeste pelo conflito norte-sul ver: (Silva e Luna, 1998:26).

⁷ Sobre os conceitos de direito ou dever de ingerência ver: (Silva, 1997:02).

⁸ Os países ricos do Norte aos quais os oficiais do Exército se referem são: Estados Unidos, os países da União Européia e o Japão.

⁹ A respeito das pressões para que as Forças Armadas latino-americanas preparem-se para combater o tráfico de drogas ver: (Fleury & Marques, 1994:19).

¹⁰ Sobre a ocupação desordenada da Amazônia durante a ditadura militar e suas conseqüências ver: (Becker, 1982).

¹¹ Para mais informações sobre o papel das ONGs em negociações ambientais ver: (Leis, 1991)

¹² A respeito desta interpretação ver: (Almeida, 1998:16).

¹³ O Exército cubano era uma exceção a esta regra.

¹⁴ Sobre a evolução da doutrina militar do Exército ver: (Boaventura, 2001).

¹⁵ Mais informações a respeito da percepção do Exército brasileiro acerca do Plano Colômbia ver: (Frederico, 2001) e (Ribas, 2001).

¹⁶ (Oliveira & Soares, 2000:101)

¹⁷ Esta percepção está presente em vários trabalhos monográficos: (Gonçalves, 1997:24); (Facioli, 1998:20); (Heimo, 1999:50).

¹⁸ Maiores detalhes sobre a visão institucional do Exército a respeito do Calha Norte podem ser encontrados em: (Amaral, 1990); (Souto, Alves, Assis, 1990).

¹⁹ É recorrente nas monografias da ECEME a idéia de que os políticos brasileiros não se interessam pelos assuntos referentes à Defesa Nacional, com exceção do concernente à Amazônia. Sobre essa percepção ver: (Meninéa, 2001:14).

²⁰ Sobre a relação entre a reativação do Calha Norte e o acirramento do conflito na Colômbia ver:(Ribas, 2001:29).

²¹ O dia do Exército foi criado em 24 de março de 1994 por decreto presidencial. O então ministro do Exército, general Zenildo Lucena, empenhou-se pessoalmente na criação desta comemoração e também na construção de centros culturais, monumentos e memoriais do Exército (Freitas, 1998:48).

²² Ficou conhecida como “Intentona” a série de revoltas comunistas, protagonizada principalmente por militares, que ocorreram em Natal, Recife e no Rio de Janeiro em novembro de 1935.

²³ Os militares brasileiros chamam o golpe de 1964 de revolução.

²⁴ Os oficiais do Exército se referem à *resistência* ora como estratégia, ora como doutrina. Sobre percepção de que a *resistência* é uma estratégia ver: (Serratine, 1997).

²⁵ Alguns oficiais, como Paiva, pensam que: “*A existência de unidades militares e os papéis por elas desempenhados, seja na linha de fronteira, seja nos espaços vazios do interior, ou mesmo em núcleos populacionais, transmitem uma clara mensagem dissuasória, pela demonstração da vontade de manter a posse da terra, assegurar sua integridade e a paz interna. Sendo assim, a Presença deve ser considerada como uma ação estratégica incluída na Estratégia da Dissuasão*” (Paiva, 2000:13).

Arbeitspapiere des IIK

The IIK Working Papers are progress reports of the Institute's ongoing research projects. Comments are welcome. All issues of the IIK Working Papers can be downloaded free of charge at the institute's website: www.duei.de/iik/shop/arbeitspapiere

Recent issues:

- AP 20 (2004) Institution Building in Mercosul's Defence- and Security Sector (I).
Brazil's Defence Cooperation: Between Dominant Armed Services and Marked Bilateralism
Daniel Flemes
- AP 19 (2004) Exit, Voice, and the Lessons from the Cuban Case.
Conceptual Notes on the Interaction of Emigration and Political Transformation
Bert Hoffmann
- AP 18 (2004) Chile: Lineamientos tras la compra de armas en un contexto sudamericano de integración y democracia
Alejandro Iturra
- AP 17 (2004) Council of Elders? The Senates and ist members in the Southern Cone
Mariana Llanos / Francisco Sánchez
- AP 16 (2004) Südamerikas sicherheitspolitische Transparenz auf dem Prüfstand (III).
Die undurchsichtigen Verteidigungshaushalte des Cono Sur
Michael Radseck
- AP 15 (2004) Südamerikas sicherheitspolitische Transparenz auf dem Prüfstand (II).
Brasiliens Verteidigungsdoktrin – Regionalmacht ohne Weißbuch
Daniel Flemes
- AP 13 (2003) Poverty Reduction Strategy und internationale Sozialfonds: Neue Impulse für die globale
Armutsbekämpfung?
Hans-Jürgen Burchardt
- AP 14 (2004) Militär und Parlament in Lateinamerika: Eine kritische Betrachtung der Kontrolltätigkeit der
brasilianischen Verteidigungsausschüsse
Daniel Flemes
- AP 12 (2003) Südamerikas sicherheitspolitische Transparenz auf dem Prüfstand (I).
Meldeverhalten und Berichterstattungspolitik des Subkontinents gegenüber dem UN-Register für
konventionelle Waffen
Michael Radseck
- AP 11 (2003) Entsteht im südlichen Lateinamerika eine Sicherheitsgemeinschaft? Ausgangslage, Stand und Perspektiven
sicherheitspolitischer Kooperation
Daniel Flemes
- AP 9 (2002) Radiografía del Senado de Uruguay: informe de la encuesta 2002
Francisco Sánchez López
- AP 10 (2003) Los Senadores y el Senado en Argentina y Brasil: informe de una encuesta
Mariana Llanos
- AP 8 (2002) Radiografía del Senado de Chile: informe de la encuesta 2002
Detlef Nolte
- AP 7 (2002) El bicameralismo en las constituciones de América Latina
Ruth Fuchs / Mirjam Hägele
- AP 6 (2002) Partidos legislativos en los bicameralismos latinoamericanos
Francisco Sánchez López
- AP 5 (2002) El bicameralismo en América Latina
Mariana Llanos
- AP 4 (2002) Funciones y funcionamiento de los senados en los sistemas bicamerales de América Latina: un enfoque
comparado
Detlef Nolte
- AP 3 (2002) TLCAN: una convergencia inesperada con el modelo de la Unión Europea
Stephan Sberro (ITAM, México)
- AP 2 (2002) La solución de controversias en el TLCAN: un esbozo sobre su desempeño y retos
Antonio Ortiz Mena (CIDE, México)
- AP 1 (2002) Instituciones y mecanismos de decisión en procesos de integración asimétricos: el caso MERCOSUR
Roberto Bouzas / Hernán Soltz (FLACSO, Buenos Aires)



INSTITUT FÜR IBEROAMERIKA-KUNDE

INSTITUTE FOR IBEROAMERICAN STUDIES

Alsterglaciis 8 · 20354 Hamburg (Germany)

Phone +49 (0)40 41 47 82 01 · Fax +49 (0)40 41 47 82 41

E-Mail: iik@iik.duei.de

Homepage: <http://www.duei.de/iik>

Working papers on-line : <http://www.duei.de/iik/workingpapers>

LATEINAMERIKA ANALYSEN

Nr. 8, Themenschwerpunkt:
Verteidigungspolitik im südlichen Lateinamerika: *Institutions matter!*

Nr. 6, Themenschwerpunkt:
Der andere 11. September. 30 Jahre nach dem Militärputsch in Chile

Nähere Informationen, Abstracts und ausgewählte Volltexte im Internet:

www.duei.de/iik/lateinamerika-analysen/

INSTITUT FÜR IBEROAMERIKA-KUNDE

Alsterglaciis 8, 20354 Hamburg

Tel. 040/41 47 82 27 - Telefax 040/41 47 82 41

E-Mail: publications@iik.duei.de - Internet: <http://www.duei.de/iik>

Institut für Iberoamerika-Kunde • Hamburg

Arbeitspapiere • Working Papers • Documentos de trabajo

Südamerikas sicherheitspolitische Transparenz auf dem Prüfstand (II)

Brasiliens Verteidigungsdoktrin – Regionalmacht ohne Militärweißbuch

Daniel Flemes, April 2004, Nr. 15

Inhalt:

Einleitung

Vorgaben der Exekutive: Die Política de Defesa Nacional (PDN) von 1996

Bedrohungsszenarien und Verteidigungsstrategien der brasilianischen Streitkräfte:

Verteidigungspolitik aus der Sicht von Generalstab, Heer, Luftwaffe und Marine

Vielstimmigkeit und Institutionenredundanz als Hindernisse auf dem Weg zu einem brasilianischen Weißbuch für Verteidigung

Literaturnachweis

Bezug als elektronisches Dokument (pdf-Datei) oder als Print-Kopie möglich.

www.duei.de/iik/workingpapers